

POLÍTICAS PÚBLICA, EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM SANTO ANTÔNIO DO IÇÁ NO ALTO SOLIMÕES/AM

Neidemara Araújo de Souza¹
Marinete Lourenço Mota²
Antônia Rodrigues da Silva³

RESUMO

O presente artigo aborda temáticas complexas, como, as políticas públicas no âmbito da educação escolar e formação dos professores indígenas. O objetivo é conhecer as políticas públicas relacionadas a educação escolar indígena e para a formação do professor indígena, por meio do diálogo com os sujeitos, professores e agentes da SEMED. A metodologia do estudo pautou-se na abordagem qualitativa, a partir do enfoque fenomenológico, utilizando-se da pesquisa documental e de campo no município de Santo Antônio do Içá - Amazonas, priorizando as entrevistas semiestruturadas e análise documental como procedimentos de coleta de dados. A fundamentação embasou-se em teóricos que tratam da educação diferenciada e em legislação específicas como a Constituição Federal de 1988, educacionais, direitos dos indígenas entre outras. Como resultado, temos a tessitura teórica sobre a educação escolar indígena, a formação de professores indígenas e as políticas públicas a esse respeito na forma de leis e documentos que balizam o currículo e práticas pedagógicas. O município de Santo do Içá não dispõe de ações políticas que promovam a formação inicial tampouco continuada de professores indígenas, mas se percebe um investimento na formação em serviço que abrange os professores de modo geral, incluindo entre eles os indígenas, o que nos mostra a não valorização por parte das autoridades responsáveis. A melhoria neste quadro são aspectos significativos e importantes na perspectiva da formação do professor indígena e além de contribuir com a qualidade da educação escolar indígena.

Palavras-chave: Políticas Públicas, Educação escolar indígena, Formação de professores indígenas.

INTRODUÇÃO

A história de luta dos indígenas no Brasil é caracterizada por muitas perdas, tristezas, extinções, segregações, mas também de resistências e algumas conquistas. A educação indígena é uma conquista que retrata o reconhecimento da diversidade, das diferenças

¹ Graduanda do Curso de Pedagogia do Instituto de Natureza e Cultura – INC/UFAM. souzaneidemara@gmail.com;

² Doutora em Sociedade e Cultura do Amazonas. Docente do Instituto de Natureza e Cultura – INC/UFAM. mlmota71@gmail.com;

³ Doutora em Sociedade e Cultura do Amazonas. Docente do Instituto de Natureza e Cultura – INC/UFAM. toniabcam@yahoo.com.br;

socioculturais no país e, sobretudo do direito à cidadania do indígena e seus saberes tradicionais.

A implementação da escola e a construção de projetos para a formação de professores indígenas da aldeia/comunidade, pode facilitar o seu pleno desenvolvimento de ensino e aprendizagem, preparando-os para a qualificação profissional. Neste processo formativo deve-se envolver a interculturalidade, sua língua materna, cultura e tradições, o que vem contribuir com a intensificação da identidade indígena.

Diante das questões fez-se necessário que o Brasil reconhecesse as diversidades da educação encontrada, revendo o seu contexto administrativo, político e cultural, incluindo todos os saberes e todos os sujeitos a oportunidade de ter uma educação com o sistema de ensino diferenciado e de qualidade.

O investimento na educação superior indígena, no tocante a formação de professores foi iniciada por um projeto Trilhas de Conhecimento que ocorreu no ano de 2004. Projeto este de suma relevância para o governo quanto a importância de desenvolver políticas de apoio à educação superior indígena, pensando no etnodesenvolvimento dos povos indígenas.

Esta pesquisa foi realizada no município de Santo Antônio do Içá- AM, envolvendo ao mesmo tempo a comunidade indígena Vila de Betânia - *Mecürane*, com o objetivo de conhecer as políticas públicas local de investimento nos padrões de qualidade básica para a educação escolar e a formação do professor indígenas.

METODOLOGIA

A Metodologia refere-se aos procedimentos técnicos, instrumentos para alcançar os objetivos das atividades necessárias para o desenvolvimento da pesquisa compreendendo, portanto, comprometimento com o estudo e o entendimento do método a ser abordado. A metodologia além de ser o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade, ela “[..] ocupa um lugar central no interior das teorias[...]

 (MINAYO, 1994, p.16), ou seja, “o método é a alma da teoria” (LÊNIN, 1965, p.148).

A metodologia do trabalho encontra-se imbricada na abordagem fenomenológica, a partir da pesquisa qualitativa por se preocupar com questões subjetivas a respeito da profissão dos professores indígenas. Priorizou-se a pesquisa de campo e documental. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas registradas por meio de gravações de áudios a partir dos Termos de Anuência da SEMED, SEDUC, bem como a autorização por parte dos professores participantes por meio dos Termos de Consentimento Livre e Esclarecido.

Utilizamos a pesquisa campo por oportunizar o pesquisador à proximidade com sujeitos e o embate imediato à problemática do que se é pesquisado. (GONSALVES, 2007, p.68). Importante, frisar que para a realização desta pesquisa de campo, é necessário compreender a importância da pesquisa bibliográfica, a qual “[...] por finalidade conhecer as diferentes formas de contribuição científica que se realizaram sobre determinado assunto ou fenômeno”. (OLIVEIRA, 2004, p.119).

A amostragem nos permitiu “[...] colher informações sobre um ou mais aspectos de um grupo grande ou numeroso, verifica-se, muitas vezes, ser praticamente impossível fazer um levantamento do todo. Daí a necessidade de investigar apenas uma parte dessa população ou universo” (LAKATOS E MARCONI, 2009, p.27).

Um das técnicas utilizadas para as coletas de dados da pesquisa foi a entrevista semiestrutura, pois, “Trata-se, de uma conversação efetuada face a face, de maneira metódica; proporciona ao entrevistado, verbalmente, a informação necessária”. (LAKATOS E MARCONI, 2009, p.81).

Com a permissão do entrevistado, os recursos utilizados para registrar o momento da entrevista, é o gravador de voz para obter as informações, arquivá-los e a serem transcritos. Estas informações da história dita, serão confrontadas com informações existente nos documentos e na leitura da área.

EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE FORMAÇÃO DO PROFESSOR INDÍGENA

De acordo com a LDB - Lei de Diretrizes da Educação Nacional, Lei nº 9394 de 1996 em seu Art. 1º a “Educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida, na família, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” nos levando a compreender a educação escolar não indígena e indígena.

Neste contexto a educação é compreendida como uma prática educativa, fenômeno social e universal, sendo uma atividade humana e necessária à existência de todas as sociedades. Neste sentido a educação toma dimensões em sentido amplo, e em sentido estrito a educação formal escolar.

Os autores Libâneo (2013) e Brandão (2007), possuem a mesma linha de pensamento, de que educação como uma prática social encontrada em diferentes espaços e momento da

vida, é “[...] como outras, uma fração do *modo de vida* dos grupos sócias que a criam e recriam, entre tantas outras invenções de sua cultura, em sua sociedade” (BRANDÃO, 2007, p.10).

A educação escolar indígena tem história de luta e conquista social, estás que se encontram e merecem reconhecimento no contexto das políticas públicas educacionais, e “[...] recorrem à educação escolar, hoje em dia, como instrumento conceituado de lutas”. (FRREIRA, 2001, p. 71).

A LDB - Lei nº 9394 de 1996 apresenta nos Artigos 78 e 79 os princípios do ensino diferenciado, que norteiam o ensino da ideologia pluralísticas e na construção de concepções pedagógicas diversificada, baseando-se na organização de uma escola indígena plena, ligada a questões culturais, a permanência da língua materna e saberes tradicionais de cada povo indígena, em prol de um ensino de qualidade, pressupondo então o direito da qualificação profissional.

Após a CF de 1988, a educação escolar indígena vem sendo contemplada em legislações específicas da educação escolar, bem como em documentos a esse respeito, como por exemplo: a Lei de Diretrizes e base da Educação (LDB) de 1996; Plano Nacional de Educação (PNE); a Resolução nº 3/99/CNE/CEB, e Parecer nº 14/99/CNE/CEB; as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena; o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (RCNEI) de 1998 do Ministério da Educação (MEC).

Desta forma a educação escolar indígena é tratado politicamente como um objeto de estudo importante e que nos leva a pensar sobrea formação dos professores indígenas, na perspectiva da formação para a cidadania fora e dentro da sua aldeia/comunidade.

A inserção dos indígenas no ensino superior permitiu a construção de novas relações, tornar possível a socialização, valorização e respeito ao multiculturalismo, além de proporcionar um diálogo intercultural entres os povos, por isso o ensino superior é visto não só como um símbolo de resistência, mas pelas perspectivas de melhorias no contexto da educação diferenciada.

A Resolução nº 3/99 CNE/CEB, vem refletir sobre a formação de professores indígenas, elucidando a importância da implementação da educação escolar indígena e seus fatores interligados, como o processo de ensino e aprendizagem. Fixou as diretrizes curriculares do ensino intercultural e bilíngue, visando à valorização plena das culturas dos povos indígenas e a afirmação e manutenção de sua diversidade étnica.

Segundo o autor Grupioni (2006) um dos desafios nas aldeias/comunidades é justo a formação específica dos professores indígenas, seja formação inicial, continuada ou mesmo

na profissionalização. Mediante a políticas e Leis, este fator não deveria encontrar entraves, já que é amparada legalmente e discutido como princípios da diferença, princípios que fortalecem a interculturalidade, o estudo bilíngue e principalmente ressaltar que as escolas indígenas funcionarão na direção do professor/gestor indígena, concernente a sua etnia e comunidade.

SANTO ANTÔNIO DO IÇÁ: LÓCUS DA PESQUISA

A pesquisa científica foi realizada no município de Santo Antônio do Içá- AM, um município da microrregião do Alto Solimões, Sudoeste Amazonense, no interior do estado do Amazonas, na região norte do Brasil. A mesorregião engloba dezesseis municípios do Estado distribuída em duas microrregiões. No contexto da microrregião do Alto Solimões está entre os 9 (nove) municípios, vejamos no Quadro 1 a seguir o detalhamento da composição da microrregião do Alto Solimões.

Quadro 1 - Os municípios que compõem a microrregião do Alto Solimões

ALTO SOLIMÕES	MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO DE APROXIMADAMENTE
MICRORREGIÃO	Amaturá	11.242 Habitantes
	Atalaia do Norte	18.599 Habitantes
	Benjamin Constant	41.329 Habitantes
	Fonte Boa	20.199 Habitantes
	Jutaí	16.200 Habitantes
	São Paulo de Olivença	38.047 Habitantes
	Santo Antônio do Içá	23.075 Habitantes
	Tabatinga	64.488 Habitantes
	Tonantins	17.079 Habitantes
O TOTAL DE HABITANTES NA MICRORREGIÃO		250. 258 Habitantes

Fonte: Pesquisa bibliográfica, agosto de 2018.

Segundo a pesquisa feita em 2017 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) o município de Santo Antônio do Içá- AM abrange uma população de 23.075 habitantes, considerado o 32º município mais populoso. Seu índice de Desenvolvimento

humano (IDH) é de 0,496, tendo em vista este índice, o município obtém o nível e desenvolvimento humano muito baixo, tornando-se um dos pontos de preocupação e suscetível a mudanças qualitativas tendo em vista o bem-estar dos seres humanos.

Quando se fala em população içaense, não se trata somente dos não indígenas desta comunidade, há de se considerar a significativa parcela de indígenas. Enfatizamos ao fato/ideia da exclusão, ignorância, desrespeito, e desvalorização com relação ao índio.

A maior parte dos indígenas do município obtém sua sobrevivência por meio da agricultura, artesanato, roça e pesca, outros por meio da profissão Professor indígena.

O município abrange 61 comunidades, que se encontram localizadas às margens dos Rios; Solimões e Içá, nestas margens encontram-se as comunidades indígenas pertencentes ao município de Santo Antônio do Içá, fazendo parte de sua historicidade cultural.

Vejamos quais as etnias existentes no Município de Santo Antônio do Içá- AM.

Quadro 2 – Etnias existentes no município de Santo Antônio do Içá- AM

ETNIAS CONSOLIDADAS	ETNIAS EM PROCESSO DE REORGANIZAÇÃO
Ticuna	Kanawary
Kokama	Kaixana
	Barés

Fonte: A autora (2018).

Nota: Pesquisa de Campo, entrevista, 2018.

Estas etnias passaram por um processo, fase de marco histórico para o povo indígena, por isso separamos em etnias consolidadas, e em processo de reorganização. As etnias Ticuna e Kokama se tornam consolidada pela conquista da demarcação de terra. Outro fator, é a resistência dos saberes, tradições e Língua Ticuna, que ao contrário da etnia kokama ainda busca resgatar essas essências que fazem parte da sua cultura.

As etnias em processo de reorganização, são etnias que foram extintas, dissipadas e que hoje estão tentando se reafirmar. Mesmo que não sejam as etnias predominantes no município, porém nos deparamos com alguns deles, e a luta pelo reconhecimento, espaço e valorização entre a sociedade continua.

AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A FORMAÇÃO DOCENTE EM SANTO ANTÔNIO DO IÇÁ- AM

A ideia de política pública não é somente diálogos de liberdade ou uma ação social, Moreira e Tadeu (2011, p.143) nos diz que “[...] a esfera pública servia não apenas para criar linguagem da liberdade, mas também para manter viva a esperança de que os grupos subordinados pudessem um dia gerar seus próprios intelectuais”. As políticas públicas educacionais deveriam oportunizar os preceitos de liberdade, mas de ir além, procurando diminuir as desigualdades sociais.

Hoje sabemos que as escolas ou universidades ganharam um novo significado e papéis diferentes, pois a inclusão e a aceitação de alunos indígenas os tornaram um lugar de inserção às identidades, referente às etnias. Desta forma não vamos muito longe, durante a trajetória dos direitos a favor dos indígenas; enfim houve a instituição das primeiras Diretrizes Nacionais para a Educação Escolar Indígenas em 1999.

A partir da concepção de Ramos (2007) a implantação da escola na aldeia/comunidade tem um grande significado, pois além de suprir suas necessidades, os tornas indivíduos autônomos e formadores de opiniões. Para alcançar essas metas que as políticas públicas e Leis apresentam, é necessário que venham ser praticadas e realizadas nas áreas indígenas de qualquer comunidade.

Foi necessário refletir sobre as políticas públicas para a educação escolar indígena e as políticas para a formação docente, indagamos sobre quais as leis e políticas públicas que amparam a formação docente? Durante a formação tiveram algum apoio por parte dos órgãos públicos? Quais?

Na perspectiva de se compreender sobre a política municipal de incentivo para a formação do professor indígena, questionamos o agente gestor da SEMED, obtendo a seguinte resposta:

Nós especificamente tínhamos um programa de formação e não teve mais continuidade, nós tivemos o PIRAYAWARA, uma formação para os professores especificamente indígenas, havendo somente a 1º etapa e a 2º etapa até hoje não ocorreu, a secretaria anterior a mim reivindicou e eles não retornaram ao município, dizendo que na 1º etapa eles gastaram muito e não puderam completar a formação dos professores indígenas e está aí até hoje empacado e não foi mais concluído a formação dos professores indígenas. (Pedro, 60 anos, entrevistas 2017).

A formação do professor indígena mesmo sendo incentivada pela política municipal, sofre uma série de dificuldades afetadas pela falta de verbas, porém as políticas públicas de nada fazem para que o programa Pirayawara citado pelo entrevistado volte com seus

trabalhos, para que assim os professores indígenas concluam sua etapa de formação. Desse modo, é necessário que haja a continuação do programa e de outros programas de formação.

A paralização desse programa no Município afetou diretamente os professores Indígenas, as comunidades indígenas, ou seja, o povo indígena. O Programa Pirayawara foi criado pela SEDUC com o intuito de garantir aos povos indígenas uma educação diferenciada, específica, bilíngue, intercultural, da mesma forma, certificar condições de acesso escolar de qualidade respondendo às necessidades dos povos indígenas, cuja o foco do programa é a formação e capacitação de professores indígenas. Além desde programa não houve outro que o próprio secretário tenha conhecimento.

Assim como para estabelecer uma escola indígena na aldeia/comunidade foi um processo de luta e um fenômeno no mundo político, a busca pela formação de professores indígenas não foi diferente, porém no mundo político indigenista era algo novo, os programas para eles também era algo novo que jamais foi concluído.

No âmbito da SEMED, as leis que amparam a questão da formação dos professores indígenas, limitam-se apenas às próprias legislações nacionais. Não existe no município uma iniciativa política de formação específica de professores indígenas na perspectiva da formação inicial e continuada.

A formação do professor indígena mesmo sendo intencional por parte da SEMED, enfrenta uma série de dificuldades, principalmente financeiras e definição específica de políticas que possam promover a qualificação profissional. O município investe mais na formação em serviço com cursos esporádicos de capacitação docente acerca da educação básica, currículo escolar, metodologias do trabalho pedagógico entre outros.

Nos relatos dos professores sobre sua escolaridade afirmaram que, seus professores a maioria eram os não indígenas, podemos notar que para esses professores é um desafio atuar em área indígenas, pelo fato da não compreensão do papel da escola indígena, da língua, costumes, tradição. Por isso hoje os professores entrevistados buscam maneiras de que isso não venha ocorrer em sua aldeia/comunidade, pois sua satisfação é atuar e colaborar com sua aldeia/comunidade, é o que segundo Grupioni (2006) fomenta.

No Parecer CNE Nº 14/99 – CEB – Aprovado em 14.9.99 consta uma série de capacitação para uma educação de qualidade que contribui para a formação e profissionalização de professores com base legal e teórico-metodológico pautada em currículo diferenciado, permitindo atender as novas diretrizes para a escola indígena em seus aspectos específicos como:

- capacitação para a elaboração de currículos e programas de ensino específicos para as "Escolas Indígenas";
- capacitação para produzir material didático-científico;
- capacitação para um ensino bilíngue, o que requer conhecimentos em relação aos princípios de Metodologia de Ensino de segundas línguas, seja a segunda língua em questão a língua portuguesa ou a língua indígena;
- capacitação sócio -linguística para o entendimento dos processos históricos de perda linguística, quando pertinente;
- capacitação linguística específica já que, via de regra, cabe a este profissional a tarefa de liderar o processo de estabelecimento de um sistema ortográfico da língua tradicional de sua comunidade;
- capacitação para a condução de pesquisas de cunho linguístico e antropológico, uma vez que este profissional, enquanto, necessariamente, autor e condutor dos processos de elaboração de materiais didáticos para as escolas indígenas, deve ser capaz de:
 - realizar levantamentos da literatura indígena tradicional e atual;
 - realizar levantamentos étnicos-científicos;
 - lidar com o acervo histórico do respectivo povo indígena;
 - realizar levantamentos sócio geográficos de sua comunidade; (BRASIL, 1999, p.201).

Segundo essas capacitações sendo elas atividades que buscam contribuir com uma educação indígena de qualidade permitindo que a prática docente na escola indígena tenha como prioridade para exercer esse cargo de grande valia e inovadora.

Neste contexto, a formação dos professores Indígenas do município de Santo Antônio do Içá- AM, segundo os relatos dos professores entrevistados, se deu por sua formação não foi de certa “forma” suficiente para sua atuação eficaz no âmbito educacional em sua comunidade, pois há entraves que dificulta sua atuação, entre elas a falta da formação continuada e, a falta de apoio dos seus representantes da comunidade entre elas o “cacique”.

A visão sobre a formação é certa pelo conhecimento sólido das políticas, para autonomia representatividade na luta pela educação e seus direitos, podendo atuar também como profissionais que contribuam no processo de formação de jovens indígenas na comunidade, com isso a educação indígena se tornará significativa no processo ensino-aprendizagem.

Da mesma forma os cursos ofertados aos professores indígenas será uma construção de conhecimentos, onde terão autonomia de mostrar suas habilidades sendo essas que os ajudará em sua elaboração curricular, tendo em vista também em aumentar a sua criatividade onde o próprio poderá produzir seu material didático.

A Diretrizes Curriculares Nacional ressalta também que:

A formação de professores indígenas – docentes e gestores – é, portanto, um compromisso público do Estado brasileiro que deve ser garantido pelos sistemas de ensino e suas instituições formadoras. A formação inicial deve ocorrer em cursos específicos de licenciaturas e pedagogias interculturais ou

complementarmente, quando for o caso, em outros cursos de licenciatura específica ou, ainda, em cursos de magistério indígena de nível médio na modalidade normal. (BRASIL, 2013, p. 305).

O DCN nos mostra que nos estados brasileiros a formação de professores e gestores é fundamental, assim como qualquer sistema de ensino deve propor e inclui-los para esta realização que cuja é o seu dever, porém nem todos pôde ter uma formação em cursos específicos e tão pouco haver as pedagogias interculturais o que é importante em sua formação como um professor indígena, pois a interculturalidade é uns dos tripés para uma conversação e discursão quando se trata de processo educativo dos povos indígenas, trata-se sobre a educação indígena.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entretanto compreendemos que pensar sobre educação indígena ou educação escolar indígena, é pensar também no processo de formação inicial, continuada e profissionalização dos professores indígenas, o que nos remete a repensar sobre as políticas públicas na aldeia/comunidade do município de Santo Antônio do Içá- AM, visto que trabalhar ou realizar esta pesquisa de campo é ir ao encontro da complexidade, já que a educação escolar indígena tem como características a heterogeneidade que abarca a diversidade cultural, a historicidade do município, do povo indígena, histórias sobre a escolarização, formação e profissionalização vividas por estes professores sujeitos da pesquisa.

Esta pesquisa nos levou a ter uma visão da realidade da educação escolar e formação de professores indígenas no município de Santo do Içá. Os professores indígenas são hoje os responsáveis pela educação em sua aldeia/comunidade, e como tal deve priorizar políticas públicas de formação inicial, continuada e em serviço desses profissionais, tendo em vista a educação escolar indígena de qualidade e diferencia.

Há uma carência muito grande ainda de professores bilíngues para atuar nas escolas indígenas do município. Por isso, a preocupação da formação de professores indígenas bilíngues, forma-los numa perspectiva intercultural, na mesma perspectiva a construção das escolas indígenas. As comunidades indígenas é o próprio mercado de trabalho oportunizando a todos, porém a prioridade, é que esta seja ocupado por um professor indígena bilíngue, facilitando a compreensão entre ambos, professor e aluno e ao mesmo tempo estarem inseridos em sua própria realidade.

Esta temática educação diferenciada ainda precisa de muitos estudos e pesquisas, deste modo podemos contribuir na construção de projetos para a formação de professores indígenas e neste âmbito quebrar o poder hegemônico.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação? Educações: Aprender com o índio.** In: *O que é educação.* São Paulo: Brasiliense, 2007. (Coleção primeiros passos, 20).

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, 05 out. 1988.

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Indígena.** Parecer nº14/99 CNE/CEB. Aprovado em 14.9.1999.

_____. **Lei de Diretrizes e bases da educação nacional.** Lei nº 9394. Brasília: Congresso Nacional, 1996.

_____. **Plano Nacional de Educação.** Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.

_____. **Referencial curricular nacional para as escolas indígenas.** Ministério da Educação e do Desporto; Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. **Referenciais para a formação de professores indígenas.** Secretaria de Educação Fundamental Brasília: MEC/SEF, 2002.

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Indígena.** Resolução N° 3/99/CNE/CEB. Aprovado em 10.11.1999.

DARTIGUES, André. **O que é fenomenologia?** / André Dartigues; tradução de Maria José J.G de Almeida. – São Paulo: Centauro, 2005.

DESLANDES, Suely Ferreira. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade/** Suely Ferreira Deslandes, Otavio Cruz Neto, Romeu Gomes; Maria Cecília de Souza Minayo (organizadora). –Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. Org. **Formação de professores indígenas: repensando trajetórias.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006.

LÊNIN, W. **Cahirsphilosophiques.** Paris, Sociales, 1965.

LIBÂNEO, José Carlos. **Prática Educativa, Pedagogia e Didática.** 2 ed. São Paulo: Cortez, 2013.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa:** planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 7. ed. – 2. reimpr. – São Paulo: Atlas, 2009.

MEDEIROS, S.; CRAVEIRO, C. B. A. (Org.). **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica:** diversidade e inclusão. Brasília: Conselho Nacional de Educação: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, 2013.

MOREIRA, A. F.; TADEU, T. **Currículo, cultura e sociedade.** – 12. Ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

OLIVEIRA, Silvio Luia de, 1943- **Tratado de Metodologia Científica: projeto de pesquisas, TGI, TCC, monografia, dissertações e teses/** Silvia Luiz de Oliveira; revisão Maria Aparecida Bessana. – São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

RAMOS, José Ademir Gomes. (coor). **Educação Indígena.** Universidade Estadual do Amazonas. Manaus: UEA ed, 2007.